

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.077 - SP (2019/0100915-7)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : FAUSTO EDUARDO PIRES**  
**ADVOGADOS : JUSSARA LEITE DA ROCHA E OUTRO(S) - SP098081**  
**MOACIR ANSELMO - SP050678**  
**AGRAVADO : SERASA S.A**  
**ADVOGADOS : FABIOLA STAURENGHI - SP195525**  
**ROBERTA HERRERA - SP258829**  
**LUCAS DE MELLO RIBEIRO - SP205306**  
**ANTONIO CARLOS BUDOIA - SP225593**  
**LARISSA FRANCO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP398228**

## **EMENTA**

*PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA NA HIPÓTESE. ARGUIÇÃO DE DANO MORAL INDENIZÁVEL. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ.*

*AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO, COM MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por FAUSTO EDUARDO PIRES em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. Apontamento do nome do autor em cadastro de inadimplentes administrado pela ré (SERASA) - Pretensão a que ela inserisse ressalvas, fazendo constar a existência de ações judiciais, contestando os débitos - Pretensão não atendida que teria gerado dano moral - Descabimento - Ausência de comprovação do questionamento judicial dos valores apontados - Ações de exibição de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*documentos que não se prestam para declarar inexigibilidade de débito - Recurso desprovido, com observação (e-STJ, fl. 219).*

Opostos embargos de declaração (e-STJ, fls. 227-238), foram rejeitados (e-STJ, fls. 262-266).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 271-293), a recorrente aponta violação aos artigos 489, § 1º, inciso IV e 1022, do Código de Processo Civil, aos artigos 43, § 3º e 73, do Código de Defesa do Consumidor, bem como o artigo 4º, § 2º, da Lei nº 9507/90. Ainda suscita ofensa aos artigos 186, 187, 927 e 944, do Código Civil.

Sustenta, essencialmente, que (i) *"na ação movida em face da Telefônica (4005033-36.2013.8.26.0554), a ordem de cancelamento havia sido proferida, enquanto contra o Itaú (4012728-41.2013.8.26.054), o feito encontrava-se em fase de Apelação. (...) Com efeito, ignorou o Acórdão que a natureza ou solução dada àqueles feitos, em nada impedem o pedido formulado pelo autor"* (e-STJ, fl. 283); (ii) *"O v. Acórdão retirou do Autor, verdadeiro consumidor, por um entendimento caprichoso, o direito de buscar a retificação ou ao menos ressalva do dado, o que por força de ação judicial questiona a legitimidade do apontamento"* (e-STJ, fl. 287); e (iii) *"Omitindo-se de tal providência, por consequência, a Ré, acarretou dano moral ao requerente in re ipsa, pois, é inegável que ao deixar de fazê-lo, a Ré, no mínimo contribuiu para que a honra do consumidor junto aos consulentes dos bancos de dados dos serviços de proteção ao crédito fosse maculada"* (e-STJ, fl. 289).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 299-314).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 316/318), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

# Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Ato contínuo, verifico que a irresignação não merece prosperar.

A recorrente, em suas razões recursais, alega que *"impõe-se a decretação da nulidade do v. Acórdão, com a volta dos autos a origem, a fim de que haja manifestação se está em vigor e, se tem aplicação para este feito ou não, o art 43, § 3º c/c art. 73 da Lei 8.078/90, art. 4º, § 2º da Lei nº 9.507/97, eis que, vem ignorando que referida lei dispõe o seguinte "...Art. 4º (...) § 2º Ainda que não se constate a inexatidão do dado, se o interessado apresentar explicação ou contestação sobre o mesmo"* (e-STJ, fl. 271).

Com efeito, em relação às alegações de que o Tribunal *a quo* careceu de fundamentação quanto a aplicação dos dispositivos acima citados, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir obscuridade ou omissão no acórdão embargado.

Constata-se da leitura do acórdão que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto pelo apelante, manifesta-se de forma integral e com fundamentação suficiente a controvérsia.

A controvérsia restou decidida nos seguintes termos, *in verbis*:

*"O objeto de discussão não é a legitimidade dos débitos, mas a omissão imputada a ré, a despeito da notificação que lhe foi dirigida. Assim, o caso não era de carência de ação, por ilegitimidade de parte, pois não se trata de ação de reparação de danos por apontamento indevido, mas por omissão no acréscimo das ressalvas.*

*No entanto, no mérito, a pretensão do apelante não pode ser acolhida. Ele a embasa no art. 4º, §2º, da Lei 9.507/97, que estabelece que, "ainda que não se constate a inexatidão do dado, se o interessado apresentar explicação ou contestação sobre o mesmo, justificando possível pendência sobre o fato objeto do dado, tal explicação será anotada no cadastro do interessado".*

*Em sendo a ré a responsável pela manutenção de cadastro de inadimplentes, que tem caráter público, por meio de banco de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*dados alimentado por credores a ele conveniados, é possível dela exigir a retificação de informações incorretamente inseridas em seus arquivos, bem como eventuais anotações e explicações pertinentes.*

*No entanto, **não trata a hipótese dos autos de inexatidão de dados, mas da pretensão de anotação de oposição judicial ao débito que ensejou a inscrição, sem determinação judicial ou comprovação de que a inscrição é irregular ou ilegítima.***

*O autor comprovou apenas a existência de duas ações de exibição de documentos ajuizadas em face das instituições financeiras (fls. 10 e 11), mas não comprovou a que se referem, nem que os débitos em questão são realmente os apontados. A existência de ações cautelares de exibição de documento não comprova que o autor esteja contestando o débito em juízo, já que esse tipo de ação não se presta a esse fim. Não tinha a apelada obrigação de fazer constar a ressalva pretendida, porquanto ausente qualquer comprovação de que o débito era judicialmente contestado.*

*(...)*

*Assim, não há como acolher o recurso interposto, alterando-se apenas o dispositivo da sentença, de extinção sem resolução de mérito para improcedência do pedido, mantida a verba de sucumbência imposta, com a ressalva - que não constou da sentença - de que o autor é beneficiário da gratuidade da justiça" (**grifo nosso**) (e-STJ, fl. 221/224).*

No acórdão dos aclaratórios observa-se que o Tribunal de origem fundamentou sua decisão na premissa de que os embargos apresentados não demonstram a obscuridade e a contradição do acórdão embargado, uma vez que a decisão recorrida apreciou todas as questões relevantes ao esclarecimento do caso.

Verifica-se que o Tribunal se posicionou da seguinte forma:

*"O art. 1.022 do Código de Processo Civil estabelece as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração. São elas a existência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Nenhuma dessas hipóteses está presente.*

*O V. Acórdão não padece dos vícios apontados. Como foi expressamente decidido, a notificação enviada à ré só fazia alusões a ações de exibição de documento, que não se confundem com ações declaratórias de inexigibilidade, e que não constituem manifestação de oposição ao débito. Assim,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*não era mesmo de se exigir que a embargada fizesse ressalvas no apontamento.*

*Os embargos limitam-se a manifestar a irresignação do embargante, com pedido de reforma do julgado, finalidade para a qual não se presta o recurso interposto" (e-STJ, fl. 265/266).*

Destarte, constata-se que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto, demonstrou de forma clara que a controvérsia foi examinada, ainda que em sentido contrário ao pretendido pelo recorrente. Assim sendo, a questão fora apreciada, não havendo de se falar em negativa de prestação jurisdicional.

Com relação a alegação de que houve dano indenizável, a recorrente afirma: "(...) *questionar a natureza ou solução dada ao instrumento escolhido pelo consumidor, não é faculdade do banco de dados e nem do Acórdão. E, em razão do não atendimento à lei, impunha-se a determinação de declinação da ressalva e, a reparação requerida na inicial, a qual é autorizada nos artigos 186, 187 e 927 do CC/02*" (e-STJ, fl. 291).

Dessa forma, no tocante as alegações acima aludidas, o Tribunal *a quo*, após exame do conjunto fático-probatório acostado aos autos, retificou a sentença de origem e assentou que:

*"O objeto de discussão não é a legitimidade dos débitos, mas a omissão imputada a ré, a despeito da notificação que lhe foi dirigida. Assim, o caso não era de carência de ação, por ilegitimidade de parte, pois não se trata de ação de reparação de danos por apontamento indevido, mas por omissão no acréscimo das ressalvas.*

*No entanto, no mérito, a pretensão do apelante não pode ser acolhida.*

*Ele a embasa no art. 4º, §2º, da Lei 9.507/97, que estabelece que, "ainda que não se constate a inexatidão do dado, se o interessado apresentar explicação ou contestação sobre o mesmo, justificando possível pendência sobre o fato objeto do dado, tal explicação será anotada no cadastro do interessado".*

*Em sendo a ré a responsável pela manutenção de cadastro de inadimplentes, que tem caráter público, por meio de banco de dados alimentado por credores a ele conveniados, é possível dela exigir a retificação de informações incorretamente inseridas em seus arquivos, bem como eventuais anotações e*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*explicações pertinentes.*

*No entanto, não trata a hipótese dos autos de inexatidão de dados, mas da pretensão de anotação de oposição judicial ao débito que ensejou a inscrição, sem determinação judicial ou comprovação de que a inscrição é irregular ou ilegítima.*

***O autor comprovou apenas a existência de duas ações de exibição de documentos ajuizadas em face das instituições financeiras (fls. 10 e 11), mas não comprovou a que se referem, nem que os débitos em questão são realmente os apontados. A existência de ações cautelares de exibição de documento não comprova que o autor esteja contestando o débito em juízo, já que esse tipo de ação não se presta a esse fim. Não tinha a apelada obrigação de fazer constar a ressalva pretendida, porquanto ausente qualquer comprovação de que o débito era judicialmente contestado.***

*Assim, não há como acolher o recurso interposto, alterando-se apenas o dispositivo da sentença, de extinção sem resolução de mérito para improcedência do pedido, mantida a verba de sucumbência imposta, com a ressalva - que não constou da sentença - de que o autor é beneficiário da gratuidade da justiça" (grifo nosso) (e-STJ, fl. 221/224).*

Assim, para acolher as alegações da recorrente e afastar as premissas assentadas pelo Tribunal de origem sobre a possibilidade de haver dano indenizável, seria necessário revolver o arcabouço fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável na via especial, a teor do preconizado pela Súmula 07/STJ.

Nesse sentido:

***AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AUTOR.***

*1. Esta Corte Superior de Justiça possui jurisprudência no sentido de que "a cobrança indevida de serviço de telefonia, quando não há inscrição em cadastro de inadimplentes, não gera presunção de dano moral, sendo imprescindível a sua comprovação". Incidência da Súmula 83/STJ.*

*2. Para alterar as conclusões contidas no decisum e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar se os danos morais foram comprovados, no caso sub judice, seria imprescindível a incursão no conjunto fático e probatório dos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*autos, providência que atrai o óbice estabelecido pela Súmula 7 do STJ. Precedentes.*

*3. Agravo interno desprovido*

**(AgInt no AREsp 1093191/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 03/06/2019).**

Destarte, não merece prosperar o reclamo.

Por fim, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários recursais, anteriormente fixados em 15% (e-STJ fl. 142), para 17 % sobre o valor da causa.

**Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator